



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS
CAMPUS AUGUSTINÓPOLIS
CURSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

CLEUSO VELOSO RODRIGUES

EFICIÊNCIA DE POLÍTICAS ASG: Métricas e Indicadores para Microempresas

AUGUSTINÓPOLIS - TO

2024



CLEUSO VELOSO RODRIGUES

EFICIÊNCIA DE POLÍTICAS ASG: Métricas e Indicadores para Microempresas

Trabalho de conclusão de curso, apresentado a Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, como requisito para conclusão do curso de Bacharel em Ciências Contábeis.

ORIENTADORA: Prof. Me. Aristóteles Pantoja de Almeida.

AUGUSTINÓPOLIS – TO

2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP) Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual
do Tocantins**

R696e

RODRIGUES, Cleuso Veloso

EFICIÊNCIA DE POLÍTICAS ASG: Métricas e
Indicadores para Microempresas . Cleuso Veloso
Rodrigues. - Augustinópolis, TO, 2024

Monografia Graduação - Universidade Estadual do
Tocantins – Câmpus Universitário de Augustinópolis -
Curso de Ciências Contábeis, 2024.

Orientador: Aristóteles Pantoja de Almeida

1. Ambientais. 2. Sociais. 3. Governança. 4.
Contabilidade.

CDD 003

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UNITINS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS
Pró-Reitoria de Graduação
Diretoria de Administração Acadêmica

CLEUSO VELOSO RODRIGUES

EFICIÊNCIA DE POLÍTICAS ASG: Métricas e Indicadores para Microempresas.

Aprovado em: 5 / 12 / 2024

Maria Aldiléia Silva de Melo

Profª (examinadora) Maria Aldiléia Silva Melo - UNITINS
Me. em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos
(UNISINOS/RS)

Raquel Batista dos Santos

Profª (examinadora) Raquel Batista Dos Santos - UNITINS
Me. em Ciências Ambientais pela Universidade de Taubaté (2022)

Presidente de Orientação:

Aristóteles Pantoja de Almeida

Prof (orientador) Aristóteles Pantoja de Almeida - UNITINS
Me. Em Desenvolvimento Da Amazônia Sustentável -UNIFAP

Conceito Final: Aprovado



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



A Antônio Lázaro Veloso Rodrigues e Ronilson Silva Rodrigues

DEDICO



AGRADECIMENTOS

À minha família, especialmente aos meus pais, Irene Rodrigues da Cruz e Raimunda Veloso Rodrigues, cuja dedicação, amor e apoio incondicional foram essenciais para a realização deste trabalho. Vocês são a base de todas as minhas conquistas.

À Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS, que me proporcionou a oportunidade de crescer academicamente e como pessoa.

Aos professores que compartilharam seus conhecimentos e me inspiraram ao longo do curso, com destaque especial ao meu orientador, Aristóteles Pantoja de Almeida, pela paciência, orientação e incentivo durante todas as etapas deste trabalho.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este momento se tornasse possível, deixo minha sincera gratidão.



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Se eu vi mais longe, foi porque estava sobre os ombros de gigantes.

Sir Isaac Newton



LISTA DE SIGLAS

ASG - Ambiental, Social e Governança.

CBGC - Conselho Brasileiro de Governança Corporativa.

ESG - Environmental, Social, and Governance (Ambiental, Social e Governança).

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LED: Light Emitting Diode

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

ONU - Organização das Nações Unidas.

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SciELO - Scientific Electronic Library Online

SCOPUS - Base de dados bibliográficos e de resumos de literatura científica

SPSS - Statistical Package for the Social Sciences



RESUMO

O presente trabalho elencou um conjunto de políticas ambientais, sociais e de governança (ASG) que auxiliam no desenvolvimento e adequação de microempresas as demandas modernas de eficiência e comprometimento social, ambiental e de gestão, destacando a importância de adaptar métricas e indicadores específicos para este segmento. O objetivo principal foi listar métricas e indicadores que geram impacto social de práticas ASG de forma precisa e relevante. Para isso, a metodologia empregada incluiu uma revisão na literatura existente sobre ASG em contextos empresariais variados e uma análise empírica em microempresas que já implementaram tais políticas. Os dados foram coletados e analisados utilizando abordagens estatísticas e qualitativas, com ferramentas apropriadas como SPSS para análise estatística e Excel para visualização de dados. Os resultados fornecem uma compreensão abrangente da possibilidade de implantação das políticas ASG em microempresas, promovendo práticas sustentáveis e responsáveis que possam aumentar a resiliência e competitividade dessas empresas. A relevância do estudo reside na adequação de políticas já provadas eficientes e necessárias em empresas maiores ser também adaptadas à realidade das microempresas, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável e a criação de empregos de qualidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Contabilidade. ASG.



ABSTRACT

This study outlined a set of Environmental, Social, and Governance (ESG) policies that support the development and adaptation of microenterprises to modern demands for efficiency and social, environmental, and managerial commitment, emphasizing the importance of tailoring specific metrics and indicators for this segment. The main objective was to identify metrics and indicators that generate a precise and relevant social impact from ESG practices. To achieve this, the methodology employed included a review of existing literature on ESG in various business contexts and an empirical analysis of microenterprises that have already implemented such policies. Data were collected and analyzed using statistical and qualitative approaches, employing tools such as SPSS for statistical analysis and Excel for data visualization. The results provide a comprehensive understanding of the feasibility of implementing ESG policies in microenterprises, promoting sustainable and responsible practices that can enhance their resilience and competitiveness. The relevance of this study lies in the adaptation of policies that have already proven to be efficient and necessary for larger companies to the reality of microenterprises, contributing to sustainable economic development and the creation of quality jobs.

Keywords: Sustainability. Accounting. ESG.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	REVISÃO DA LITERATURA	12
2.1	Políticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG).....	12
2.2	AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA APLICAÇÃO DE POLÍTICAS ASG EM MICROEMPRESAS.....	23
2.3	IMPACTO MAIS AMPLO DAS POLÍTICAS ASG EM MICROEMPRESAS	27
3	METODOLOGIA	32
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	32
3.2	ÁREA DE REALIZAÇÃO	34
3.3	POPULAÇÃO E AMOSTRA	35
3.4	PLANO PARA COLETA DE DADOS.....	35
3.5	PLANO PARA ANÁLISE DOS DADOS	35
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	37
4.1	RELEVÂNCIA DAS POLÍTICAS ASG NAS MICROEMPRESAS	38
4.2	DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO.....	39
4.3	VANTAGENS COMPETITIVAS.....	40
4.4	IMPACTO NA CONTABILIDADE EMPRESARIAL	41
4.5	USO DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS	41
4.6	PROFISSIONALIZAÇÃO DA CONTABILIDADE NAS MICROEMPRESAS. .	42
4.7	INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	42
4.8	ALINHAMENTO E DIVERGÊNCIAS COM PESQUISAS EXISTENTES	43
4.9	PRINCIPAIS VANTAGENS E DESVANTAGENS	43
4.10	POLÍTICAS ASG QUE PODEM SER IMPLANTADAS EM MICRO EMPRESAS.....	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

As políticas ambientais, sociais e de governança (ESG) ganham cada vez mais destaque no cenário empresarial contemporâneo e são amplamente reconhecidas como ferramentas estratégicas para a promoção de práticas sustentáveis e éticas nos mercados globais. Na área contábil, essas políticas fornecem uma abordagem estruturada para avaliar e medir o impacto das operações comerciais, fornecendo informações relevantes não apenas para grandes empresas, mas também para microempresas que representam uma parte importante da economia brasileira.

Apesar da relevância, as microempresas ainda enfrentam desafios na adoção de práticas ESG, como a falta de conhecimento técnico e de recursos financeiros, o que limita o acesso a indicadores e indicadores que possam orientar estratégias mais sustentáveis e eficientes. Esta situação reflete a importância de explorar como as políticas ESG podem ser implementadas de forma viável e adaptadas às especificidades do ambiente de negócios brasileiro, promovendo assim um mercado mais competitivo e sustentável.

Este trabalho considera a integração das políticas ESG nas microempresas como uma oportunidade para melhorar a precisão dos processos internos, melhorar a eficiência operacional e construir competitividade num contexto de crescentes desafios climáticos e financeiros. Portanto, este estudo tem como objetivo investigar a eficiência das políticas ESG para pequenas e microempresas e propor padrões e indicadores de medição que possam ser utilizados de forma real e eficaz.

As principais questões de pesquisa incluem: Quais são os principais desafios enfrentados pelas pequenas e microempresas na adoção de políticas ESG? Quais métricas e métricas são mais relevantes e facilmente acessíveis para este segmento? Como a aplicação dessas ferramentas afeta a sustentabilidade e a competitividade das microempresas brasileiras?

O trabalho traz como tópico inicial a revisão de literatura onde foi trabalhado o histórico das políticas ambientais, sociais e de governança (ASG), posteriormente, elucida a metodologia aplicada ao trabalho, para em seguida apresentar os resultados e discussões onde evidenciam as vantagens e desvantagens e quais políticas realmente podem ser aplicadas considerando a realidade empresarial do cenário escolhido.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 POLÍTICAS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ASG)

Com o avanço da globalização, novos problemas ambientais e sociais surgiram. No atual contexto de mercado conhecido como “novo mercado”, o conceito de governança ambiental, social e corporativa (ASG), traduzido como governança ambiental, social e corporativa (ASG), ganha cada vez mais atenção. O conceito ficou conhecido na década de 1960, quando os investidores começaram a excluir ações de empresas que não adotassem práticas sustentáveis.

Essa tendência foi intensificada pelo novo perfil de consumidores, trabalhadores e investidores, conforme destacado por Barata (2013). Essas partes interessadas passaram a priorizar investimentos socialmente responsáveis. Briand (2016), diretor administrativo da Morgan Stanley Capital International (MSCI), empresa financeira americana especializada em investimentos sustentáveis, define um investimento ESG como aquele que considera não apenas fatores financeiros, mas também ambientais, sociais e de governança no processo decisório. Ele ressalta ainda as mudanças globais significativas, especialmente na mentalidade dos investidores e na evolução dos dados e análise.

Nos últimos anos, o movimento em favor da sustentabilidade tem ganhado cada vez mais destaque. Em 2006, os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), iniciativa colaborativa entre investidores em parceria com a Iniciativa Financeira do Programa da ONU para o Meio Ambiente (UNEP FI) e o Pacto Global da ONU, introduziram o conceito de investimento sustentável com base nos princípios de Ambiental, Social e Governança (ASG) (CONSUMIDOR, 2021). Esse marco foi crucial para propagar a adoção de práticas financeiras que consideram não apenas os retornos econômicos, mas também o impacto ambiental e social das decisões de investimento.

Em 2019, a Business Roundtable, associação que representa as maiores corporações dos Estados Unidos, fez um pronunciamento significativo. Este documento, assinado por 181 CEOs de megaempresas americanas, reafirmou o compromisso dessas organizações não apenas com seus acionistas, mas também com todos os seus stakeholders e o bem-estar social, sinalizando uma mudança de paradigma além do foco tradicional nos lucros corporativos (CARDINALLI, 2019). A

iniciativa reflete uma crescente conscientização sobre a necessidade de empresas assumirem responsabilidades mais amplas em suas operações e estratégias de negócios, alinhando-se com os princípios de sustentabilidade e responsabilidade social.

Responsabilidade social que por sua vez é definido como o:

Compromisso que uma organização deve ter com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo pro ativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela. A organização, nesse sentido, assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas as suas atividades, mas que possam contribuir para o Desenvolvimento Sustentável dos povos. Assim, numa visão expandida, Responsabilidade Social é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade (ASHLEY, 2003, p.6)

Em 2020, Larry Fink, CEO da BlackRock, maior gestora de ativos do mundo, divulgou duas cartas abertas direcionadas aos executivos e clientes. Nessas cartas, Fink anunciou que a sustentabilidade passaria a ser um critério fundamental para todas as decisões de investimento da empresa (BLACKROCK, 2020). Esse posicionamento marca um ponto de inflexão significativo no setor financeiro global, influenciando a maneira como grandes gestores de ativos e investidores institucionais consideram e incorporam questões ambientais, sociais e de governança em suas estratégias de investimento.

Segundo a análise de Fried, Bush e Bassen (2015), que revisaram 2.200 estudos previamente publicados sobre a relação entre a adoção de critérios ASG e o desempenho financeiro das empresas, concluiu-se que 48% dos estudos encontraram uma correlação positiva entre a adoção desses critérios e o desempenho financeiro, enquanto 41% apresentaram resultados neutros ou mistos, e 11% identificaram uma correlação negativa entre a adoção de critérios ASG e o desempenho financeiro das empresas.

Embora a maioria dos estudos sugira uma correlação positiva entre a adoção de critérios ASG e uma melhor performance financeira, (Damodaran, 2021) argumenta que muitos desses trabalhos interpretam de maneira equivocada a identificação da causalidade. Ele aponta que o aumento do foco nos aspectos ASG não necessariamente causa uma melhoria no desempenho financeiro das empresas. Por outro lado, (Ambrozio et al. 2020) destacam que a literatura sobre o tema enfrenta desafios, como o potencial problema de variável omitida, onde fatores não observados

podem explicar tanto as melhores práticas quanto o melhor desempenho, ou a causalidade reversa, onde empresas com resultados superiores têm mais recursos para investir em práticas sustentáveis.

Para avaliar a aplicação prática do conteúdo teórico mencionado, foi estabelecido o Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas (CBGC). Este código, elaborado pelo 'Grupo Interagentes' em colaboração com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi implementado por meio da Instrução 586 da CVM, datada de 2017, que altera a Instrução CVM 480. De acordo com esta regulamentação, as empresas de categoria A, ou seja, aquelas cujas ações são negociadas em bolsa e registradas na CVM, são obrigadas a divulgar informações sobre a implementação prática das diretrizes de governança estabelecidas no CBGC para companhias abertas (Comissão de Valores Mobiliários [CVM], 2017; PricewaterhouseCoopers Brasil [PWC Brasil], 2017).

A integração dos fatores ASG na estratégia e gestão das empresas evidencia seu compromisso com a sociedade, indo além dos objetivos puramente financeiros ao considerar o impacto ambiental de suas operações, o engajamento com suas partes interessadas e a governança exercida pela alta administração. Essas empresas são identificadas como adeptas do capitalismo de stakeholders, buscando não apenas retornos financeiros, mas também contribuir com propósitos sociais que agregam valor para todas as partes envolvidas. Elas se comprometem com agendas globais de desenvolvimento, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotados durante a Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015. Essa agenda compreende 17 objetivos e 169 metas a serem alcançados até 2030.

Sabe-se que as tendências de mercado caminham para uma maior preocupação ambiental, considerando a urgência de perceber as organizações como componentes e transformadores do meio em que operam e, assim, responsáveis pela sua sustentabilidade a longo prazo. Portanto, é necessário que a mentalidade dos gestores das micro e pequenas empresas também incorpore o desenvolvimento de práticas mais ambientalmente responsáveis, por meio de escolhas de gestão que abranjam aspectos ambientais, sociais e econômicos (Leoneti e Oliveira, 2017).

Por outro lado, para as micro e pequenas empresas, não existe uma legislação que exija a elaboração e divulgação de relatórios de responsabilidade social. Essa lacuna reflete um cenário mais amplo, onde essas organizações muitas vezes são

negligenciadas no contexto da sustentabilidade, apesar de contribuírem significativamente para a economia nacional, representando cerca de 30% do PIB, 50% dos postos de trabalho e 90% dos empreendimentos no Brasil dados da Fundação Getúlio Vargas.

A implementação das políticas ASG nas microempresas está em consonância com os princípios expressos na Lei das Sociedades por Ações (LSA), especificamente nos artigos 116 e 154. Segundo o artigo 116, o acionista controlador deve usar seu poder para fazer a companhia cumprir sua função social, respeitando os direitos e interesses dos demais acionistas, trabalhadores e da comunidade. Já o artigo 154 determina que o administrador deve exercer suas atribuições visando os interesses da companhia, atendendo também às exigências do bem público e da função social da empresa.

Nos artigos 116, e no paragrafo 154, da LSA Devemos observar:

"Art. 116 - (...)

Parágrafo único. O acionista controlador deve usar o poder com o fim de fazer a companhia realizar o seu objeto e cumprir sua função social, e tem deveres e responsabilidades para com os demais acionistas da empresa, os que nela trabalham e para com a comunidade em que atua, cujos direitos e interesses deve lealmente respeitar e atender.

(...)

Art. 154. O administrador deve exercer as atribuições que a lei e o estatuto lhe conferem para lograr os fins e no interesse da companhia, satisfeitas as exigências do bem público e da função social da empresa."

Nesse contexto, o cronograma do trabalho reflete essa responsabilidade, estruturando etapas que garantem uma abordagem integrada das políticas ASG, desde a definição do problema de pesquisa até a análise dos resultados e a redação final. O cronograma não só facilita a gestão eficiente do tempo e dos recursos, mas também assegura que cada fase do estudo contribua para o cumprimento dos princípios estabelecidos pela LSA.

Kocmanová (et. al., 2020) estabelece aspectos para os fatores ESG:

O perfil ambiental da empresa é analisado em termos de atividades lesivas ao meio ambiente. Quanto melhor uma organização se comporta perante o meio ambiente, maior será seu desempenho ambiental.

[...]

O perfil social da empresa é determinado pelos impactos que a organização gera em grupos de interesse. Por grupos de interesse se entende não só os 19 destinatários de ações e resultados dos negócios da empresa, mas

também toda uma fonte de expectativas do que constitui desempenho de negócios desejável e indesejável, avaliando o comportamento corporativo, ou seja, como suas expectativas foram atendidas.

[...]

A governança afeta fundamentalmente outros componentes da sustentabilidade corporativa porque cria uma estrutura por meio da qual as metas de negócios são definidas e os meios para alcançá-las são determinados (KOCMANOVÁ, et. al., 2020, p.6).

Esses três pilares são fundamentais para avaliar o desempenho sustentável de uma empresa. Juntas, as práticas ESG ajudam a orientar as organizações na direção de um desenvolvimento econômico que seja ao mesmo tempo ambientalmente consciente, socialmente justo e governado de maneira ética e transparente.

Já os aspectos legais tomando como base as políticas de meio ambiente e conforme critério estabelecido nesta pesquisa, é necessário citar o programa de conformidade ambiental da Lei (PL) nº 5.442/2019 que trata dos seguintes aspectos:

Art. 6º. A avaliação da efetividade do programa de conformidade ambiental deverá observar as seguintes diretrizes:

- I – comprometimento da alta direção da pessoa jurídica, incluídos os conselhos, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa;
- II – padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de conformidade, aplicáveis a todos os empregados e administradores independentemente de cargo ou função exercidos;
- III – treinamentos periódicos sobre o programa de conformidade;
- IV – análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao programa de integridade;
- V – independência, estrutura e autoridade da instância interna responsável pela aplicação do programa de conformidade e fiscalização de seu cumprimento;
- VI – canais de denúncia de irregularidade, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciadores de boa-fé;
- VII – medidas disciplinares em caso de violação do programa de conformidade;
- VIII – procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;
- IX – monitoramento contínuo do programa de conformidade visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência dos atos

lesivos previstos na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. (BRASIL, 2019).

Portanto, a Lei nº 5.442/2019 estabelece diretrizes que não apenas visam o cumprimento legal ambiental, mas também promovem práticas que são fundamentais para a sustentabilidade corporativa abrangente, conforme discutido nos pilares ESG. Essa integração ajuda as empresas a não apenas minimizar impactos ambientais, mas também a operar de maneira ética, transparente e responsável em relação aos seus stakeholders e à sociedade como um todo.

Uma forma de avaliação que se apresenta com extremamente promissora é o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) é uma iniciativa criada para reconhecer empresas listadas na bolsa brasileira que adotam práticas transparentes e responsáveis do ponto de vista social, ambiental e de governança corporativa.

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) é uma iniciativa criada para reconhecer empresas listadas na bolsa brasileira que adotam práticas transparentes e responsáveis do ponto de vista social, ambiental e de governança corporativa.

O principal objetivo do ISE é incentivar a adoção de práticas sustentáveis pelas empresas listadas na B3, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social sustentável do Brasil. Busca também, valoriza empresas que adotam práticas transparentes e éticas, com boa governança corporativa. Isso inclui a divulgação de informações relevantes sobre suas operações e impactos socioambientais. Para então investidores que valorizam empresas comprometidas com a sustentabilidade, aumentando a liquidez e visibilidade das companhias no mercado de capitais.

Logo, Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 não apenas reconhece empresas por suas práticas ESG, mas também promove uma cultura de sustentabilidade no mercado financeiro brasileiro, incentivando a transparência, a responsabilidade corporativa e o desenvolvimento sustentável.

As políticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) estão se consolidando como um componente estratégico na gestão empresarial, integrando-se de forma crescente à contabilidade, particularmente em microempresas, onde a busca por eficiência é vital para a sustentabilidade dos negócios. Figueredo(2024). Na contabilidade empresarial, a aplicação de políticas ASG está centrada na coleta, mensuração e análise de dados que refletem o impacto ambiental, social e de

governança das operações empresariais. Isso inclui, por exemplo, a contabilização de emissões de carbono em setores de serviços e comércio, o rastreamento de práticas inclusivas em contratações e a verificação de conformidade com regulamentos éticos e fiscais Jereissati, (2022, p. 26).

Para melhor compreender impactos ambientais em sua totalidade trataremos em concordância com Schenini que:

Segundo a resolução 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, impacto ambiental é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas no Meio Ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, diretamente ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança, o bem-estar social, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do Meio Ambiente, e a qualidade dos recursos ambientais (Schenini, 2009, p. 15).

Uma aplicação concreta desse modelo pode ser observada em microempresas do setor de varejo que adotam práticas de mensuração de consumo energético, utilizando esses dados para identificar ineficiências operacionais. (Mont et al., 2014) Ao integrar esses indicadores em relatórios financeiros e de desempenho, os gestores podem alinhar suas operações com metas de sustentabilidade, ao mesmo tempo em que demonstram transparência para investidores, consumidores e órgãos reguladores.

As políticas ASG são ferramentas fundamentais para transformar desafios de sustentabilidade em oportunidades estratégicas, particularmente no contexto das microempresas, onde os recursos limitados muitas vezes exigem soluções criativas e eficientes (Ritala et al., 2018).

A integração dessas políticas na contabilidade empresarial vai além do simples registro de informações financeiras, assumindo um papel central na definição de estratégias que agreguem valor à empresa e promovam seu alinhamento com tendências globais de responsabilidade corporativa(Dalmutt, et al., 2023).

Por exemplo, ao calcular indicadores de impacto ambiental, como o consumo de energia por unidade produzida, as microempresas podem não apenas identificar desperdícios, mas também adotar medidas corretivas que resultem em economia financeira direta (Vinodh et al. 2011). Da mesma forma, o monitoramento de dados sociais, como a diversidade da força de trabalho e o índice de satisfação dos colaboradores, fornece insights que podem melhorar a retenção de talentos e a reputação no mercado.

Outro aspecto relevante é a governança, que frequentemente representa um diferencial competitivo em microempresas que buscam atrair capital externo ou parcerias estratégicas. Nesse contexto, a adoção de práticas transparentes e éticas, como a publicação de relatórios simplificados de desempenho ASG, pode servir como um instrumento de credibilidade, pois para (Braga Junior, 2018, p. 599):

“o consumidor está se tornando cada vez mais exigente e observador, visto que o greenwashing presente nas embalagens dos produtos também está sendo identificado pelo consumidor quando observados os itens que formaram o modelo como um todo. Pelo lado empresarial, a pesquisa demonstrou que não basta a empresa “entrar na onda” do produto verde apenas apresentando uma embalagem maquiada, pois, a partir do momento que o consumidor passa a perceber a falsa mensagem, o produto tenderá a perder mercado e cair em descrédito”.

Logo os consumidores estão cada vez mais cientes dessa prática e conseguem identificar quando uma empresa está apenas "maquiando" seu produto para parecer sustentável, sem adotar ações concretas para isso. Quando essa falsa imagem é percebida, o consumidor tende a rejeitar o produto, o que pode levar a uma perda de credibilidade para a marca e ao declínio nas vendas.

Microempresas que implementam indicadores básicos, como a rastreabilidade de suas cadeias de suprimentos ou a conformidade com legislações trabalhistas, tendem a minimizar riscos regulatórios e operacionais, criando um ambiente mais favorável ao crescimento sustentável. Essa abordagem não só contribui para a mitigação de impactos negativos, mas também potencializa a captação de clientes conscientes e investidores socialmente responsáveis, fortalecendo sua posição no mercado.

“O custo financeiro de reduzir o passivo ambiental e administrar conflitos sociais pode ser mais alto do que o custo de “fazer a coisa certa”, isto é, de respeitar os direitos humanos e o meio ambiente de todos os povos, pois influenciam a percepção da opinião pública sobre a corporação, dificultando a implementação de novos projetos e a renovação de contratos” (Valéria Vinha, 2003, p. 01)

Adicionalmente, as microempresas podem se beneficiar de ferramentas tecnológicas acessíveis, como softwares de gestão integrados, que auxiliam na coleta e análise de dados ASG. Essas soluções permitem que até mesmo negócios de pequeno porte consigam medir sua pegada ecológica, monitorar indicadores sociais e avaliar a eficiência de suas práticas de governança.

Um exemplo prático é o uso de plataformas que geram automaticamente relatórios de impacto, reduzindo a carga operacional sobre os gestores e otimizando

o tempo investido na análise de resultados. A capacidade de integrar esses dados aos processos decisórios proporciona uma visão abrangente e fundamentada sobre as operações, permitindo que as microempresas se adaptem rapidamente às mudanças no ambiente regulatório e às expectativas do mercado.

A certificação do Sistema B, uma das mais reconhecidas no contexto de sustentabilidade, tem ganhado destaque como uma maneira de empresas demonstrarem publicamente seu compromisso com o meio ambiente e as questões sociais. Iniciada nos Estados Unidos em 2006, a iniciativa do Sistema B busca transformar a forma como as empresas operam, incentivando-as a medir e melhorar seu impacto social e ambiental, com o mesmo rigor e seriedade com que avaliam seus resultados financeiros (SISTEMA B BRASIL, 2021).

Esse sistema é fundamentado em uma avaliação rigorosa e abrangente, que leva em consideração o impacto da empresa não apenas em termos de lucro, mas também em relação à sua responsabilidade com as pessoas e com o meio ambiente. Para obter a certificação, a empresa precisa passar por uma análise que avalia diversos aspectos de sua atuação, como governança, práticas de trabalho, impacto ambiental, relacionamento com a comunidade, e a transparência nas suas práticas empresariais.

A certificação B pode ser considerada uma verdadeira "marca de excelência" para as empresas que se comprometem com um modelo de negócios mais ético e responsável, alinhado aos princípios da sustentabilidade. Ela permite que as empresas mostrem de maneira concreta suas ações e resultados nas esferas social, ambiental e de governança, oferecendo uma confiança adicional para consumidores, investidores e outros stakeholders de que a organização adota práticas empresariais conscientes.

Além disso, as empresas certificadas pelo Sistema B são parte de uma comunidade global, composta por organizações que compartilham a mesma visão de criar um impacto positivo no mundo. Isso também facilita a construção de parcerias e o engajamento com outras empresas e organizações que seguem princípios semelhantes de responsabilidade social e ambiental.

Essa certificação também se torna uma poderosa ferramenta de marketing e diferencial competitivo. Em um mercado cada vez mais consciente das questões ESG (ambientais, sociais e de governança), a certificação B oferece uma maneira tangível de as empresas se destacarem e atraírem consumidores e investidores que priorizam

o impacto positivo das empresas no mundo.

Além disso, a incorporação de políticas ASG na contabilidade empresarial proporciona ferramentas para projetar e monitorar impactos de longo prazo (FONTES FILHO, 2006). Um exemplo prático é a utilização de softwares de contabilidade integrados a sistemas de medição de impacto ambiental, que auxiliam no cálculo do custo de descarte de resíduos ou no impacto social de investimentos em comunidades locais.

A gestão dos recursos naturais, assim como a gestão dos recursos humanos — invenção laboriosa, porém bem-sucedida dos atores econômicos do mundo industrializado, face e graças à contestação social — deverá tornar-se um corpo coerente de métodos, ferramentas e estratégias a ser consignado o mais rapidamente possível. Tais práticas permitem que microempresas não apenas se adequem às exigências legais e regulatórias, mas também obtenham benefícios financeiros tangíveis, como a redução de custos operacionais e maior atratividade junto a consumidores socialmente conscientes. Essa abordagem tem sido amplamente empregada em microempresas na América Latina, onde a necessidade de eficiência se alia à crescente pressão por sustentabilidade, demonstrando como as políticas ASG podem transformar práticas contábeis em mecanismos estratégicos de gestão, promovendo equilíbrio entre responsabilidade social e desempenho econômico.

A gestão dos recursos naturais, assim como a gestão dos recursos humanos, invenção laboriosa, porém bem-sucedida, dos atores econômicos do mundo industrializado, face e também graças à contestação social, deverá tornar-se um corpo coerente de métodos, ferramentas e estratégias a ser consignado o mais rapidamente possível. (Backer, 2002, p. 7).

A integração de políticas ASG na contabilidade empresarial vai além do cumprimento de obrigações legais, destacando-se como um componente estratégico para a gestão sustentável de microempresas. Por meio da incorporação de ferramentas específicas, como softwares que monitoram métricas ambientais e sociais, é possível projetar cenários de longo prazo e otimizar processos operacionais.

Um exemplo prático é a análise do ciclo de vida dos produtos, que permite calcular o impacto ambiental desde a produção até o descarte, gerando insights sobre como reduzir desperdícios e implementar soluções mais sustentáveis. Essa prática não apenas diminui custos associados ao descarte inadequado de resíduos, mas também possibilita o desenvolvimento de iniciativas como a economia circular, que pode se traduzir em novos modelos de negócios e fontes de receita.

- 1) melhoria de imagem, além de redução de riscos, incidência de custos com órgãos de controle e fiscalização;
- 2) manutenção de atuais e ampliação de conquista de nichos de mercado;
- 3) diminuição de risco de desastres ambientais;
- 4) eliminação ou minimização dos resíduos;
- 5) processamento mais eficiente, reutilização ou reciclagem;
- 6) aumento de rendimentos em processos produtivos;
- 7) melhoria na utilização de subprodutos;
- 8) diminuição do consumo de energia e água durante processos;
- 9) economia em geral, devido ao ambiente de trabalho mais seguro;
- 10) eliminação ou redução de custos de atividades envolvidas em descargas ou manuseio, transporte e descarte de resíduos (AMBIPAR GROUP, 2019).

Além disso, políticas ASG integradas na contabilidade também permitem a mensuração do retorno social de investimentos feitos por microempresas em comunidades locais, seja por meio da geração de empregos, do apoio a projetos educacionais ou do financiamento de infraestrutura básica.

Esses dados, quando analisados de forma criteriosa, ajudam a demonstrar o impacto positivo da empresa, fortalecendo sua reputação e atraindo consumidores engajados com causas sociais. No Brasil, por exemplo, microempresas que adotam práticas sustentáveis na cadeia produtiva – como a priorização de fornecedores locais ou a utilização de matérias-primas certificadas, assim como descarte consciente – conseguem acessar nichos de mercado em expansão e se destacar em meio à concorrência.

Pois para Andrade:

Ao final do ciclo de vida, o descarte de produtos, seus componentes ou resíduos, é um novo desafio para a gestão da logística integrada, principalmente quando se observa o surgimento de uma preocupação com o meio ambiente e com a preservação do habitat natural das espécies, da flora e da fauna, com o crescimento sustentado da economia mundial (Andrade et al. 2002, p.244).

Esse desafio é intensificado pela crescente preocupação com a preservação do meio ambiente, incluindo a proteção do habitat natural das espécies, da flora e da fauna, em um cenário de busca por um crescimento econômico global sustentável (Furtado et al, 1998, p. 9).

Outro ponto crucial é a capacidade de as políticas ASG incentivarem uma cultura de inovação dentro das microempresas. A implementação de indicadores de sustentabilidade na contabilidade, como o monitoramento do consumo de energia ou o rastreamento de emissões de gases de efeito estufa, estimula a busca por tecnologias mais limpas e processos produtivos mais eficientes (Global Compact,

2004, p. 27) .

Essa abordagem pode reduzir significativamente despesas operacionais, como custos com eletricidade, enquanto promove conformidade regulatória em setores cada vez mais exigentes. Na América Latina, onde microempresas frequentemente enfrentam restrições financeiras e desafios regulatórios, a adoção de sistemas integrados que combinem contabilidade tradicional com métricas ASG representa uma maneira eficaz de alinhar objetivos econômicos e sustentáveis, garantindo maior resiliência frente às oscilações de mercado (Furtado et al, 1998, p.11).

2.2 AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA APLICAÇÃO DE POLÍTICAS ASG EM MICROEMPRESAS

A adoção de políticas ASG em microempresas oferece um conjunto substancial de vantagens que impactam diretamente a sua sobrevivência e competitividade no mercado. Do ponto de vista ambiental, as microempresas que adotam práticas sustentáveis frequentemente experimentam uma redução nos custos operacionais por meio da otimização do consumo de recursos, como energia elétrica e água.

No aspecto social:

O social (do ESG) é muito maior mesmo dentro da questão da diversidade, muito se fala em equidade de gênero, mas pouco se fala de inclusão de PCDS de LGBTfobia, de refugiados, de indígenas equidade racial e tantos outros recortes. Temos que combater a visão reducionista do ESG(Alperowitch,2021).

Portanto, a implementação de políticas voltadas para a equidade e a inclusão pode atrair e reter talentos, criando um ambiente de trabalho mais produtivo e alinhado com as expectativas de colaboradores mais jovens e conscientes, mas, precisa ser de forma abrangente. Já no eixo de governança, a transparência proporcionada pelas práticas ASG fortalece a confiança de stakeholders, incluindo clientes, parceiros comerciais e instituições financeiras, o que é essencial para microempresas que dependem de capital externo para expansão(Almeida, 2021).

A incorporação de políticas ASG em microempresas não apenas gera vantagens competitivas, mas também estabelece uma base sólida para a sustentabilidade e o crescimento a longo prazo, quando aplicado corretamente. No âmbito ambiental, a implementação de práticas como o gerenciamento eficiente de resíduos, a utilização de fontes de energia renovável e o reaproveitamento de

materiais pode levar a uma significativa redução de custos e ao mesmo tempo minimizar o impacto ecológico.

Porém:

É preciso muito cuidado para quem quer implementar o ESG, pois não basta criar um produto ou uma linha de produtos mais verdes, sustentáveis ou somente apoiar um projeto social. Estamos falando de gestão, governança, controles e avaliações. É inserir as questões ambientais e sociais no cerne da estratégia dos negócios e em todos os processos (Pereira, 2008).

Logo, Implementar ESG (ambiental, social e de governança) exige uma abordagem ampla e estratégica, que vai muito além de ações pontuais, como lançar produtos sustentáveis ou apoiar projetos sociais. Trata-se de integrar essas dimensões ao núcleo da gestão empresarial, permeando todos os processos, práticas e decisões. Isso inclui estabelecer governança robusta, controles rigorosos e sistemas de avaliação que garantam a transparência e o alinhamento entre as metas sociais, ambientais e econômicas da empresa.

Apenas com essa visão integrada é possível gerar valor sustentável de longo prazo, conquistar a confiança dos stakeholders e responder efetivamente às demandas de um mercado cada vez mais consciente e exigente.

Por exemplo, microempresas que adotam tecnologias de captação de água da chuva ou sistemas de iluminação LED frequentemente observam uma diminuição considerável nas despesas operacionais, o que libera recursos para investimentos em outras áreas estratégicas. Além disso, o alinhamento com padrões ambientais reconhecidos, como certificações de sustentabilidade, posiciona essas empresas de forma diferenciada perante consumidores cada vez mais exigentes e conscientes, afirmando que:

[...] inovações organizacionais introduzem novidades que modificam os processos administrativos, a maneira como decisões são tomadas, a alocação de recursos, as atribuições de responsabilidades, os relacionamentos com pessoas e outras organizações, os sistemas de recompensa e outros elementos relacionados com a gestão da organização. (BARBIERI, p. 53)

No campo social, as políticas ASG representam uma oportunidade de fortalecimento interno e externo das microempresas. A promoção de equidade salarial, programas de inclusão para minorias e o investimento no bem-estar dos funcionários não apenas tornam o ambiente de trabalho mais atrativo, mas também impulsionam a produtividade e a lealdade da equipe.

Esse compromisso social é particularmente relevante para microempresas que

buscam competir em mercados locais, onde a proximidade com a comunidade pode se traduzir em vantagem competitiva. A criação de laços fortes com a comunidade também favorece a geração de valor compartilhado, por meio do apoio a projetos sociais ou da priorização de fornecedores locais, o que solidifica a imagem da empresa como agente de transformação social.

Barney e Hesterly (2007) destacam que a origem da vantagem competitiva reside nos recursos internos da organização, os quais permitem que seus produtos ou serviços se diferenciem no mercado. Esses recursos, quando bem utilizados, são responsáveis por criar valor superior para a empresa. Segundo os autores, eles podem ser classificados em diferentes níveis: desvantagem competitiva, paridade competitiva e vantagem competitiva. No caso da vantagem competitiva, ela pode ser temporária, caracterizada por sua fácil replicação por concorrentes; não explorável, quando a empresa não consegue convertê-la em lucro; ou sustentável, quando a organização possui barreiras que dificultam a imitação ou substituição desses recursos, garantindo sua permanência no longo prazo. Essa classificação enfatiza a importância de identificar e gerir estrategicamente os recursos internos para assegurar a vantagem competitiva sustentável.

Já na governança, a adoção de práticas transparentes e éticas é uma necessidade para microempresas que desejam atrair parceiros estratégicos e financiamento. A apresentação de relatórios simples, mas claros, que demonstrem o impacto das operações no tripé ASG, ajuda a construir uma narrativa de confiabilidade perante investidores, bancos e outros stakeholders.

Essa confiança é um diferencial crucial, especialmente em cenários econômicos desafiadores, onde microempresas podem se beneficiar de linhas de crédito ou incentivos fiscais voltados para negócios sustentáveis. Além disso, um modelo de governança robusto reduz os riscos associados a fraudes e multas por não conformidade, protegendo a empresa contra custos inesperados que poderiam comprometer sua estabilidade financeira. A integração eficaz dos pilares ASG, portanto, não é apenas um diferencial, mas uma estratégia essencial para a sobrevivência e o sucesso de microempresas no ambiente competitivo atual.

No entanto, a implementação dessas políticas também apresenta desafios significativos, especialmente para microempresas que operam com recursos financeiros e humanos limitados. Um dos principais obstáculos está relacionado aos custos iniciais de adoção, como o investimento em ferramentas de medição e

relatórios ASG ou a contratação de consultores especializados.

Além disso, a falta de conhecimento técnico por parte de gestores e profissionais de contabilidade pode dificultar a integração das métricas ASG aos processos contábeis tradicionais. Um exemplo claro dessa limitação ocorre em microempresas do setor de serviços, onde os gestores frequentemente percebem as práticas ASG como mais um encargo administrativo, em vez de uma oportunidade de gerar valor.

Além disso, a ausência de padronização de métricas específicas para microempresas pode levar a confusões na implementação e a inconsistências nos relatórios de impacto, reduzindo a eficácia e a credibilidade das práticas.

A implementação de políticas ASG em microempresas, embora repleta de potencial, enfrenta desafios estruturais que podem dificultar sua adoção e eficácia. Um dos maiores entraves está no investimento inicial necessário para integrar práticas ASG, especialmente em um cenário onde muitas microempresas operam com margens financeiras apertadas.

A aquisição de softwares específicos, treinamentos para a equipe e a consultoria especializada são frequentemente vistos como custos proibitivos, desviando recursos de outras áreas consideradas prioritárias para a sobrevivência imediata do negócio. Além disso, mesmo quando essas ferramentas estão disponíveis, a falta de acesso a linhas de crédito ou incentivos financeiros específicos para apoiar iniciativas ASG cria barreiras adicionais para pequenos empresários, tornando o processo mais lento e, muitas vezes, incompleto.

Outro desafio significativo é a lacuna de conhecimento técnico, tanto por parte dos gestores quanto dos profissionais de contabilidade envolvidos. Em muitos casos, esses profissionais não possuem formação ou experiência em métricas ASG, o que dificulta a identificação de indicadores relevantes e a sua integração aos processos contábeis tradicionais.

Essa situação é ainda mais evidente em setores como o de serviços, onde as operações frequentemente envolvem menos variáveis tangíveis relacionadas ao impacto ambiental ou social, tornando mais complexa a coleta e análise de dados significativos. Nesses casos, os gestores podem perceber as práticas ASG como um ônus adicional, especialmente se não forem apresentadas de forma clara as vantagens financeiras e reputacionais associadas à sua adoção.

A falta de padronização de métricas e diretrizes específicas para microempresas

agrava ainda mais o cenário. Enquanto grandes corporações possuem recursos para desenvolver sistemas personalizados e atender a padrões globais, microempresas enfrentam dificuldades em encontrar indicadores que sejam realistas e aplicáveis ao seu porte e setor.

Essa ausência de clareza pode resultar em relatórios inconsistentes ou insuficientes, comprometendo não apenas a credibilidade das práticas adotadas, mas também a capacidade da empresa de demonstrar valor aos stakeholders. Além disso, a inconsistência nos relatórios pode gerar problemas regulatórios, caso os requisitos legais sejam mal interpretados ou inadequadamente cumpridos. Assim, a superação desses desafios exige uma combinação de políticas públicas de incentivo, maior acesso a ferramentas acessíveis e iniciativas de capacitação que tornem as práticas ASG mais inclusivas e viáveis para microempresas.

2.3 IMPACTO MAIS AMPLO DAS POLÍTICAS ASG EM MICROEMPRESAS

A adoção de políticas ASG tem desencadeado uma transformação significativa na contabilidade empresarial e no modelo de gestão de microempresas, cujas operações são, historicamente, marcadas pela informalidade e pela busca incessante por soluções de baixo custo. Ao incorporar indicadores ASG às práticas contábeis, as microempresas têm conseguido acessar novos mercados e construir uma reputação alinhada às demandas de consumidores e investidores mais exigentes.

Por exemplo, pequenas empresas no setor agrícola têm utilizado relatórios ASG para negociar contratos de fornecimento com grandes cadeias de supermercados, que exigem conformidade com padrões ambientais e sociais. Essa mudança está não apenas profissionalizando a contabilidade em microempresas, mas também incentivando um nível mais alto de planejamento estratégico.

A integração de políticas ASG nas microempresas tem promovido uma mudança profunda na forma como essas organizações gerenciam suas operações e posicionam-se no mercado, destacando-se como uma ferramenta de transformação tanto operacional quanto cultural. Historicamente caracterizadas por práticas de gestão mais intuitivas e focadas na sobrevivência imediata, as microempresas estão gradualmente adotando uma abordagem mais estruturada e orientada por dados, impulsionada pela crescente exigência de transparência e responsabilidade por parte de consumidores, investidores e reguladores.

Ao incorporar indicadores ASG em suas práticas contábeis, essas empresas têm sido capazes de medir e comunicar de forma mais efetiva seu impacto ambiental, social e de governança, ampliando as oportunidades de negócios e fortalecendo a confiança de stakeholders.

Tais incorporações para o modelo de gestão Sousa(2002) elencou os principais pilares:

1.Ambiental: iniciativas voltadas para o consumo de energia, água e eficiência energética, reciclagem, emissão de gases poluentes, preservação da biodiversidade, medidas anti desastres e consciência ambiental. 2. Social: iniciativas voltadas para as relações da empresa com seus colaboradores, clientes e sociedade. Focam no engajamento e rotatividade da equipe; desenvolvimento intelectual dos funcionários; atração e retenção de talentos; segurança e saúde dos colaboradores, relações com os clientes; rede de fornecedores e impactos na comunidade local e políticas de diversidade. 3. Governança: iniciativas focadas no alinhamento e direitos dos acionistas; alinhamento na remuneração dos executivos; independência, experiência A MEIO AMBIENTE Mudanças climáticas; Necessidade de redução de emissão de gases de efeito estufa; Utilização de energia renovável; Gestão eficiente de recursos naturais.S SOCIAL Saúde e segurança no trabalho; Direitos humanos; Cultura empresarial; Diversidade e inclusão social. G GOVERNANÇA Gestão antissuborno e corrupção; Práticas contábeis e de divulgação. e remuneração do Conselho de Administração; práticas contábeis; solidez dos controles e processos internos, transações com partes relacionadas, transparência e responsabilidade, estrutura de classes de ações e prevenção a corrupção (SOUZA, 2022, p. 09).

No setor agrícola, por exemplo, a adoção de métricas ASG tem se mostrado especialmente vantajosa. Microempresas rurais que implementam práticas como o monitoramento do uso de água e a rastreabilidade de seus produtos estão conseguindo não apenas atender às demandas de grandes redes de varejo, mas também acessar programas de certificação que aumentam o valor percebido de seus produtos.

Essa adaptação tem permitido que pequenas propriedades se posicionem como fornecedores preferenciais em cadeias de abastecimento sustentáveis, muitas vezes conquistando melhores condições contratuais e ampliando sua margem de lucro. Além disso, a adoção de práticas contábeis profissionalizadas, orientadas por indicadores ASG, tem contribuído para a criação de um modelo de gestão mais resiliente e planejado, capaz de antecipar riscos e aproveitar oportunidades com maior eficiência.

Outro impacto significativo dessa transformação é a evolução do papel da contabilidade nas microempresas, que está deixando de ser meramente reativa – focada no cumprimento de obrigações fiscais – para se tornar proativa e estratégica. Ao utilizar relatórios ASG como uma ferramenta de gestão, os empresários estão sendo capazes de identificar pontos críticos em suas operações, como desperdícios de recursos ou lacunas em políticas trabalhistas, e implementar melhorias que geram valor de longo prazo.

Como destacou o CEO da BlackRock em 2016:

Gerar retornos sustentáveis ao longo do tempo requer um foco mais nítido não apenas na governança, mas também nos fatores ambientais e sociais enfrentados pelas empresas. A BlackRock tem empreendido um esforço de vários anos para integrar as considerações da ESG em nossos processos de investimento e esperamos que as empresas tenham estratégias para gerenciar essas questões.

Essa abordagem também tem incentivado um planejamento mais robusto, permitindo que as microempresas alinhem suas metas financeiras a objetivos de sustentabilidade. O resultado é um modelo de negócios mais competitivo, que não apenas responde às exigências do mercado, mas também se adapta de forma dinâmica às mudanças nas expectativas de consumidores e investidores, consolidando uma base sólida para o crescimento sustentável.

As implicações de longo prazo dessa transformação são amplas. No âmbito empresarial, a adoção de políticas ASG pode criar um ambiente mais competitivo e transparente, onde mesmo as empresas de pequeno porte são incentivadas a adotar práticas responsáveis. Isso, por sua vez, promove um ciclo virtuoso de inovação, em que microempresas se tornam capazes de competir em mercados que anteriormente estavam fora de seu alcance.

Além disso, a integração de políticas ASG está alterando a percepção do papel da contabilidade empresarial, que deixa de ser vista apenas como uma função de compliance e passa a ser um instrumento estratégico de geração de valor.

Compliance - No mundo corporativo, Compliance está ligado a estar em conformidade com as leis e regulamentos internos e externos à organização. E, cada vez mais, o Compliance vai além do simples atendimento à legislação, busca consonância com os princípios da empresa, alcançando a ética, a moral, a honestidade e a transparência, não só na condução dos negócios, mas em todas as atitudes das pessoas (GIOVANINI, 2014, p. 20)

Em um contexto macroeconômico, a ampla adoção de políticas ASG por microempresas pode contribuir para o desenvolvimento sustentável de países em desenvolvimento, oferecendo soluções escaláveis para desafios globais como mudanças climáticas, desigualdade social e acesso a mercados financeiros inclusivos.

Portanto, enquanto as políticas ASG apresentam desafios consideráveis, elas também representam uma oportunidade transformadora para microempresas no Brasil e em outros mercados emergentes.

As implicações de longo prazo da adoção de políticas ASG por microempresas transcendem os limites das próprias organizações, exercendo um impacto profundo no ambiente empresarial, social e econômico. No nível empresarial, a incorporação dessas práticas não apenas nivela o campo de concorrência, mas também eleva o padrão do mercado, incentivando empresas de todos os portes a adotar comportamentos mais responsáveis e sustentáveis. Isso resulta em um mercado mais transparente e competitivo, onde a adoção de práticas ASG se torna um diferencial estratégico, especialmente para microempresas que, tradicionalmente, têm dificuldade em competir com grandes corporações.

Além disso, ao integraram métricas ASG às suas operações, as microempresas ganham acesso a cadeias de valor globais que exigem conformidade com padrões internacionais, permitindo sua participação em novos mercados e ampliando significativamente suas possibilidades de crescimento.

Essa transformação também está redefinindo o papel da contabilidade empresarial, que passa de uma função operacional e burocrática para uma ferramenta central no processo de tomada de decisão estratégica. A contabilidade, agora enriquecida por indicadores ASG, permite uma análise mais ampla e detalhada do desempenho da empresa, conectando as operações financeiras aos impactos ambientais e sociais. Isso não apenas melhora a capacidade dos gestores de planejar e adaptar suas estratégias, mas também fortalece a credibilidade da empresa perante investidores e parceiros comerciais, que estão cada vez mais interessados em organizações que demonstram compromisso com a sustentabilidade.

Para IFAC (parágrafo 29):

A Contabilidade Gerencial, como uma parte integral do processo de gestão, adiciona valor distintivamente pela investigação contínua sobre a efetividade da utilização dos recursos pelas organizações – na criação de valor para os acionistas, clientes e outros credores.

Esse reposicionamento da contabilidade empresarial é especialmente relevante em mercados emergentes, onde a falta de transparência muitas vezes limita o acesso a financiamento e outras oportunidades de crescimento.

No contexto macroeconômico, a disseminação de práticas ASG entre microempresas tem o potencial de catalisar mudanças estruturais em países em desenvolvimento. Ao adotar essas políticas, as microempresas tornam-se agentes de transformação em questões globais urgentes, como as mudanças climáticas e a desigualdade social. Por exemplo, iniciativas que promovem eficiência energética e práticas de economia circular podem ajudar a mitigar o impacto ambiental, enquanto ações voltadas para a inclusão e equidade fortalecem a coesão social e promovem um desenvolvimento mais equilibrado.

Além disso, a adoção de práticas ASG em larga escala pode contribuir para a criação de mercados financeiros mais inclusivos, nos quais mesmo pequenas empresas têm acesso a recursos e oportunidades, favorecendo um crescimento econômico mais sustentável e resiliente. Dessa forma, apesar dos desafios associados à implementação, as políticas ASG apresentam um potencial transformador para microempresas, particularmente em contextos como o Brasil e outros mercados emergentes, onde “[...]normalmente, tem maior dificuldade para suportar os custos que envolvem o processo de internacionalização”(CAETANO E PAIVA, 2016, p. 34). Onde a inovação e a sustentabilidade podem se tornar pilares fundamentais do desenvolvimento econômico e social.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

O tipo de pesquisa é bibliográfico, pois concentrando-se na análise de publicações acadêmicas e relatórios existentes sobre políticas ASG em microempresas. Portanto, não envolve coleta de dados primários, mas sim a compilação e análise de informações já publicadas (SEVERINO, 2007, p.122).

Ainda segundo Severino(2007) a pesquisa se dá através de:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p.122).

O tema central da pesquisa é a eficiência das políticas ASG (Ambientais, Sociais e de Governança) para microempresas, com o foco em propor métricas e indicadores práticos que auxiliem na avaliação e na implementação dessas políticas de forma acessível, eficaz e relevante para o contexto de microempresas brasileiras.

A pesquisa buscou responder a uma lacuna importante: como microempresas, geralmente limitadas em recursos financeiros, tecnológicos e humanos, podem integrar práticas ASG de maneira sustentável e que traga retorno tangível em aspectos como competitividade, acesso a mercados e resiliência organizacional. O objetivo é desenvolver uma metodologia baseada em pesquisa qualitativa, que explore boas práticas e casos reais para propor ferramentas aplicáveis à realidade dessas empresas.

A relevância do tema reside em sua conexão direta com os desafios e oportunidades atuais do mercado. No Brasil, microempresas representam uma parcela significativa da economia, tanto em geração de empregos quanto na participação do PIB. Contudo, essas empresas enfrentam pressão crescente para aderir às práticas ASG, vindas de consumidores, parceiros comerciais e reguladores. Ao mesmo tempo, poucas pesquisas abordam o impacto real de políticas ASG nesse segmento, deixando gestores sem diretrizes claras ou adaptadas à sua escala de operação. Dessa forma, a pesquisa não apenas aborda uma necessidade prática do

mercado, mas também contribui para a agenda global de sustentabilidade, ampliando o alcance de práticas ASG para um público estratégico e frequentemente negligenciado.

A metodologia está estruturada em quatro etapas principais, interligadas de forma sistemática para garantir a coerência e a robustez da pesquisa qualitativa:

A revisão bibliográfica e contextualização do Tema afirma a base teórica da pesquisa, contextualizando as políticas ASG no cenário brasileiro e internacional. Onde realizou uma revisão detalhada de literatura em fontes acadêmicas como artigos, livros e relatórios de instituições renomadas (ex.: PNUD, ONU, IBGE), com foco nas seguintes áreas: Definição e evolução das práticas ASG, incluindo sua aplicação em microempresas; Estudos prévios sobre métricas e indicadores de eficiência em políticas ASG e Desafios específicos enfrentados por microempresas na implementação dessas políticas.

Para isso, foram utilizadas bases de dados como Scopus, Web of Science, Google Scholar e plataformas de acesso aberto (ex.: SciELO). A revisão também abordou casos documentados de aplicação prática de políticas ASG em empresas de pequeno porte, destacando lacunas e boas práticas observadas levando em consideração microempresas de setores variados (ex.: comércio, serviços, agroindústria) que apresentam experiência prévia na aplicação de políticas ASG, ainda que em estágio inicial. Com localização diversificada, com atenção ao contexto urbano e rural.

A abordagem qualitativa focou nas relações humanas, valorizando os significados individuais e contextuais em contraste com generalizações e leis universais da abordagem quantitativa com base nisso :

É no campo da subjetividade e do simbolismo que se afirma a abordagem qualitativa. A compreensão das relações e atividades humanas com os significados que as animam é radicalmente diferente do agrupamento dos fenômenos sob conceitos e/ou categorias genéricas dadas pelas observações e experimentações e pela descoberta de leis que ordenariam o social (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 244).

Seguindo a mesma linha Rodrigues e Limena (2006, p. 90) classificam a abordagem qualitativa:

Quando não emprega procedimentos estatísticos ou não tem, como objetivo principal, abordar o problema a partir desses procedimentos. É utilizada para

investigar problemas que os procedimentos estatísticos não podem alcançar ou representar, em virtude de sua complexidade. Entre esses problemas, poderemos destacar aspectos psicológicos, opiniões, comportamentos, atitudes de indivíduos ou de grupos. Por meio da abordagem qualitativa, o pesquisador tenta descrever a complexidade de uma determinada hipótese, analisar a interação entre as variáveis e ainda interpretar os dados, fatos e teorias.

Portanto, a abordagem qualitativa não apenas enriquece a compreensão das relações humanas ao explorar seus significados subjacentes como tem sua importância na pesquisa científica como fomentadora de novos conceitos e abordagens, que podem considerar aspectos que vão além dos números podendo apresentar uma maior comunicação com os fatos teóricos.

3.2 ÁREA DE REALIZAÇÃO

O estudo foi fundamentado em publicações disponíveis em livros, artigos científicos e sites que abordam as microempresas no Brasil, com foco na implementação de políticas ASG.

A pesquisa utilizou bases de dados relevantes como Google Scholar, Scopus, Web of Science, DOAJ (Directory of Open Access Journals), CAPES, SciELO e bases específicas de áreas relacionadas à sustentabilidade e ASG (Ambiental, Social e Governança). Foram consideradas apenas publicações datadas entre 2005 e 2023 que abordem políticas ASG em grandes corporações e que ofereçam insights adaptáveis para microempresas, incluindo métricas e indicadores para a avaliação do impacto social das políticas ASG. Tendo em vista que:

Pesquisa é a exploração, é a inquisição, é o procedimento sistemático e intensivo, que tem por objetivo descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade. A pesquisa é definida como uma forma de estudo de um objeto. Este estudo é sistemático e realizado com a finalidade de incorporar os resultados obtidos em expressões comunicáveis e comprovadas aos níveis do conhecimento obtido (Barros, Leffeld, p. 14, 1990)

Foram aceitos artigos, relatórios, livros e teses/dissertações revisados por pares ou publicados por organizações reconhecidas. Serão excluídas publicações anteriores a 2005 (exceto aquelas fundamentais para o contexto histórico), estudos que não abordem diretamente políticas ASG ou sua adaptação para microempresas, e publicações sem revisão por pares ou de fontes não reconhecidas.

Constituiu uma utilização de protocolo sistemático de coleta de dados. As publicações foram buscadas nas bases de dados mencionadas utilizando palavras-chave e combinações específicas, como “políticas ASG”, “microempresas”, “sustentabilidade”, “responsabilidade social”, “métricas ASG” e “indicadores de impacto social”. Os resultados serão apresentados de forma descritivas.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população pesquisada consistiu em materiais bibliográficos e documentais, incluindo artigos acadêmicos, relatórios institucionais e publicações de organizações relevantes sobre microempresas brasileiras e práticas ASG.

3.4 PLANO PARA COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental em fontes diversas, como livros, artigos científicos e publicações digitais em plataformas acadêmicas e sites especializados.

3.5 PLANO PARA ANÁLISE DOS DADOS

A análise baseou-se na interpretação e comparação das informações coletadas, estabelecendo relações entre os dados e identificando padrões que contribuíssem para o entendimento da eficiência das políticas ASG em microempresas.

A análise de dados consistiu em organizar e resumir informações de maneira a fornecer respostas claras e precisas ao problema investigado. Esse processo foi essencial para transformar dados brutos em insights valiosos, que permitiu compreensão detalhada dos resultados obtidos. Por outro lado, a interpretação dos dados buscou atribuir um significado mais amplo às respostas encontradas, conectando-as com conhecimentos pré-existentes.

Essa etapa foi crucial para contextualizar os resultados dentro do corpo de conhecimento já estabelecido, facilitando uma compreensão mais profunda e holística do fenômeno estudado. Juntas, análise e interpretação formam a base para uma investigação científica rigorosa e significativa, promovendo avanços no entendimento e na aplicação dos achados da pesquisa.

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (Gil, 1999, p. 168).

Sendo um grupo de técnicas de exame de comunicação visando, por meio de procedimentos descrever conteúdo das mensagens, fornecendo indicadores que permitam deduzir conhecimentos sobre as condições de produção e recepção dessas mensagens por isso para Bardin:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (1979, p. 42).

Conforme os dados foram coletados, os pesquisadores foram identificando temas e relações, construindo interpretações e gerando novas questões ou aprimorando as existentes. Esse processo acarretou na busca de novos dados, complementares ou mais específicos, para testar suas interpretações, em um ciclo de refinamento contínuo até a análise final.

À medida que os dados vão sendo coletados, o pesquisador vai procurando tentativamente identificar temas e relações, construindo interpretações e gerando novas questões e/ou aperfeiçoando as anteriores, o que, por sua vez, o leva a buscar novos dados, complementares ou mais específicos, que testem suas interpretações, num processo de “sintonia fina” que vai até a análise final (Alves-Mazzotti; Gewandsznajder, 1998,p. 170).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O alvo principal desta pesquisa é responder o seguinte questionamento: Quais as contribuições da Controladoria para a gestão e o desempenho das micro e pequenas empresas?

O objetivo é identificar padrões, divergências e insights relacionados à eficiência das políticas ASG para microempresas. A análise será guiada por perguntas-chave, como:

- Quais indicadores são mais relevantes para microempresas em diferentes setores?
- Quais métricas são simples o suficiente para adoção imediata, mas ainda informativas?

Os indicadores propostos serão construídos com foco em três pilares: Impacto ambiental; Impacto social e governança.

O impacto ambiental das atividades empresariais, incluindo microempresas, pode ser significativo, especialmente quando não há atenção para práticas sustentáveis. A medição do consumo energético é essencial para identificar desperdícios e implementar soluções mais eficientes, como o uso de fontes renováveis e a adoção de tecnologias de baixo consumo. A gestão de resíduos, por sua vez, requer estratégias para reduzir, reutilizar e reciclar materiais, minimizando a quantidade enviada a aterros sanitários.

Além disso, monitorar e reduzir as emissões de carbono é crucial para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, podendo ser alcançado por meio de ações como otimização de transporte, eficiência nos processos produtivos e compensação de emissões através de iniciativas ambientais. Adotar essas práticas não só contribui para a preservação ambiental, mas também pode gerar benefícios econômicos e de imagem para as microempresas.

O impacto social das microempresas é evidente na forma como promovem inclusão, bem-estar interno e desenvolvimento comunitário. Indicadores de inclusão, como diversidade de gênero, raça e presença de pessoas com deficiência, demonstram o compromisso dessas empresas em oferecer oportunidades igualitárias e fomentar um ambiente de trabalho diverso.

A satisfação dos funcionários é outro aspecto central, sendo mensurada por meio de pesquisas internas, turnover reduzido e engajamento em atividades

empresariais, fatores que refletem boas condições de trabalho e valorização dos colaboradores. Além disso, os benefícios à comunidade, como geração de empregos locais, parcerias com fornecedores regionais e apoio a iniciativas sociais, reforçam o papel das microempresas como agentes de transformação social, contribuindo para a redução de desigualdades e o fortalecimento das economias locais.

A governança é um pilar fundamental para a sustentabilidade e o sucesso das organizações, incluindo microempresas, abrangendo aspectos como transparência, conformidade regulatória e gestão de riscos. A transparência é essencial para construir confiança com stakeholders, sendo promovida por práticas como a divulgação clara de informações financeiras e operacionais.

A conformidade regulatória garante que a empresa opere dentro das leis e normas aplicáveis, evitando sanções e promovendo uma cultura ética. Já a gestão de riscos envolve a identificação, análise e mitigação de potenciais ameaças que possam impactar negativamente a empresa, como flutuações de mercado, problemas operacionais ou crises ambientais. Adotar boas práticas de governança não só protege a empresa contra vulnerabilidades, mas também fortalece sua reputação e competitividade no mercado.

A pesquisa foi conduzida ao longo de seis meses, divididos entre as etapas de revisão bibliográfica (dois meses), coleta de dados (dois meses), análise e construção de indicadores (dois meses). Essa abordagem organizada e detalhada assegura a qualidade e a aplicabilidade dos resultados, fornecendo uma base prática e teórica robusta para o fortalecimento das políticas ASG nas microempresas brasileiras.

4.1 RELEVÂNCIA DAS POLÍTICAS ASG NAS MICROEMPRESAS

A crescente importância das políticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) nas microempresas reflete uma tendência global que visa integrar a sustentabilidade nos processos empresariais, independentemente do porte da empresa. As microempresas, que representam a espinha dorsal de economias em desenvolvimento, muitas vezes enfrentam limitações em termos de recursos financeiros e humanos.

No entanto, a adoção dessas políticas se mostra uma oportunidade de otimizar operações, aumentar a eficiência e melhorar a competitividade. Ao incorporar práticas ASG, essas empresas podem não apenas atender a demandas regulatórias, mas

também se posicionar de maneira mais estratégica no mercado, atraindo clientes e investidores conscientes das questões ambientais e sociais. A relevância desse tema é ampliada pela pressão crescente de consumidores, governos e investidores para que as empresas, inclusive as de pequeno porte, adote práticas sustentáveis e transparentes.

A adoção das políticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) nas microempresas tem promovido uma transformação significativa, não apenas nas operações diárias, mas também no próprio modelo de gestão e na contabilidade empresarial. Historicamente, a contabilidade nas microempresas era vista como uma função essencialmente fiscal e reativa, voltada para o cumprimento das obrigações tributárias e regulatórias. No entanto, a integração de indicadores ASG tem permitido uma transição dessa abordagem para uma perspectiva mais proativa e estratégica.

As empresas que incorporam essas métricas começam a analisar não apenas o desempenho financeiro, mas também como suas práticas afetam o meio ambiente, a sociedade e sua governança. Isso implica uma reestruturação das práticas contábeis, com ênfase em coletar e analisar dados que ajudam na tomada de decisões informadas, baseadas não apenas nos números financeiros, mas também no impacto mais amplo da atividade empresarial. Esse processo leva as microempresas a adotar uma visão holística de seus negócios, onde a sustentabilidade e a responsabilidade social e ambiental se tornam fundamentais para o sucesso no longo prazo.

4.2 DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO

A implementação de políticas ASG em microempresas enfrenta obstáculos substanciais, sendo o mais notável a escassez de recursos financeiros e a falta de capacitação técnica. Muitas microempresas, devido ao seu tamanho e à informalidade de suas operações, têm dificuldades em integrar novas práticas que exijam investimentos iniciais, como softwares de gestão ou consultorias especializadas. Além disso, a ausência de uma padronização clara nas métricas ASG, especialmente adaptadas para as especificidades das microempresas, contribui para a ineficácia de muitas tentativas de implementação.

A falta de um quadro regulatório claro e a diversidade de abordagens para a medição de impacto podem resultar em relatórios inconsistentes, dificultando a interpretação dos resultados e, conseqüentemente, a tomada de decisões informadas.

Esses desafios podem gerar resistência por parte dos gestores, que podem ver a adoção de políticas ASG como uma sobrecarga administrativa em vez de uma estratégia de valor.

Além disso, a implementação das políticas ASG tem mostrado um impacto positivo no setor agrícola, especialmente para as microempresas rurais.

A incorporação de práticas sustentáveis, como o monitoramento do uso da água, a rastreabilidade dos produtos e a adoção de métodos de cultivo mais eficientes, tem permitido que pequenas propriedades se destaquem em cadeias de abastecimento mais exigentes e acessem mercados maiores.

Empresas agrícolas que implementam tais práticas não só cumprem regulamentos mais rígidos impostos por grandes redes de varejo, mas também têm a oportunidade de participar de programas de certificação que aumentam o valor percebido de seus produtos no mercado. Essa diferenciação ajuda a aumentar a competitividade das microempresas rurais, permitindo que elas se posicionem como fornecedores preferenciais em um mercado que cada vez mais exige responsabilidade ambiental e social.

4.3 VANTAGENS COMPETITIVAS

A adoção de políticas ASG em microempresas pode gerar vantagens competitivas significativas. A redução de custos operacionais é uma das principais vantagens, já que muitas práticas sustentáveis, como a eficiência no uso de energia, água e outros recursos, têm impacto direto nos gastos da empresa. Além disso, a transparência e a ética proporcionadas pelas políticas ASG podem melhorar a reputação da empresa, aumentando a confiança de stakeholders, incluindo clientes, fornecedores e investidores.

A competitividade também é fortalecida pela capacidade de alinhar a operação da empresa com tendências globais de responsabilidade corporativa, o que não só atrai consumidores mais conscientes, mas também facilita a construção de parcerias comerciais com empresas que priorizam a sustentabilidade. Adicionalmente, a implementação de práticas sociais inclusivas e a promoção de um ambiente de trabalho justo podem contribuir para a atração e retenção de talentos, fator vital para o sucesso de microempresas que buscam crescer e expandir suas operações.

4.4 IMPACTO NA CONTABILIDADE EMPRESARIAL

A integração das políticas ASG na contabilidade empresarial vai além de uma simples função de compliance; ela se torna uma ferramenta estratégica essencial para a gestão sustentável. A coleta e análise de dados relacionados ao impacto ambiental, social e de governança fornecem aos gestores informações cruciais para a tomada de decisões informadas e o planejamento de longo prazo.

A contabilidade, ao incorporar indicadores ASG, pode ajudar a identificar ineficiências operacionais, a otimizar o uso de recursos e a mensurar os impactos sociais e ambientais das operações empresariais. Além disso, o uso desses dados facilita a comunicação de resultados para investidores e outras partes interessadas, que estão cada vez mais exigindo transparência e responsabilidade por parte das empresas com as quais se relacionam. Dessa forma, a contabilidade se transforma de uma função puramente fiscal para um componente estratégico da gestão empresarial.

4.5 USO DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS

O uso de ferramentas tecnológicas, como softwares de gestão integrados, tem se mostrado uma solução eficaz para a coleta, análise e reporte dos dados relacionados às políticas ASG. Esses sistemas permitem que microempresas, mesmo com recursos limitados, possam monitorar e medir seu impacto ambiental e social de maneira mais eficaz. Ferramentas digitais podem automatizar a geração de relatórios de sustentabilidade, facilitar o rastreamento de indicadores-chave e otimizar a gestão de dados em tempo real, o que diminui a carga operacional e melhora a precisão das informações.

A integração dessas tecnologias no processo contábil e gerencial das microempresas não só melhora a eficiência, mas também permite a adaptação mais ágil às exigências do mercado e das regulamentações locais. Assim, as microempresas podem melhorar sua competitividade e ao mesmo tempo fortalecer sua responsabilidade ambiental e social.

4.6 PROFSSIONALIZAÇÃO DA CONTABILIDADE NAS MICROEMPRESAS.

Outro ponto relevante observado na análise é a profissionalização da contabilidade nas microempresas. Com a adoção das práticas ASG, a contabilidade passa a desempenhar um papel mais estratégico. O uso de métricas ASG para monitorar o impacto ambiental e social das operações e integrar essas informações com os resultados financeiros permite que os gestores planejem e executem ações mais precisas e alinhadas com seus objetivos de longo prazo.

Essa evolução na prática contábil contribui para uma gestão mais eficiente e responsável, favorecendo o alinhamento entre as metas financeiras da empresa e os objetivos de sustentabilidade. Além disso, a integração de indicadores ASG nas rotinas contábeis facilita o desenvolvimento de relatórios transparentes, que podem ser usados para comunicar de forma mais eficaz os esforços da empresa a investidores e stakeholders.

4.7 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A adoção de políticas ASG também tem permitido que as microempresas acessem novos mercados e construam uma reputação sólida, alinhada com as exigências de consumidores e investidores que priorizam práticas empresariais responsáveis. As empresas que adotam práticas sustentáveis e transparentes se destacam por sua ética, o que resulta em uma vantagem competitiva significativa, especialmente em setores onde a responsabilidade social e ambiental é cada vez mais valorizada.

O setor agrícola, por exemplo, tem visto muitas pequenas propriedades se posicionarem como fornecedores preferenciais em cadeias de abastecimento sustentáveis, com um foco crescente em práticas que atendem aos critérios de responsabilidade ambiental e social.

A contabilidade empresarial, ao incorporar indicadores ASG, assume um papel central na tomada de decisões estratégicas dentro das microempresas. Esses indicadores permitem uma análise mais ampla e detalhada do desempenho da empresa, não se limitando às métricas financeiras tradicionais. A contabilidade ASG integra dados sobre o impacto ambiental, social e de governança nas operações da

empresa, conectando esses elementos com a rentabilidade e a sustentabilidade do negócio.

Isso permite aos gestores tomar decisões mais informadas, não apenas em termos financeiros, mas também considerando as implicações sociais e ambientais de suas ações, o que contribui para a criação de um modelo de negócios mais sustentável e equilibrado.

4.8 ALINHAMENTO E DIVERGÊNCIAS COM PESQUISAS EXISTENTES

Em relação ao alinhamento com outras pesquisas, este estudo reflete a tendência crescente de considerar as políticas ASG como fundamentais para a competitividade das empresas, especialmente no contexto das microempresas. A pesquisa confirma a relevância dessas políticas no fortalecimento da sustentabilidade das empresas e na melhoria de sua competitividade, o que está em consonância com estudos que apontam a sustentabilidade como um diferencial estratégico.

No entanto, uma das divergências notáveis é o foco exclusivo das pesquisas existentes em grandes corporações, enquanto este estudo se concentra nas particularidades das microempresas. Essas empresas, devido ao seu porte e recursos limitados, enfrentam desafios específicos na implementação dessas práticas, como a escassez de financiamento e a falta de conhecimento técnico adequado.

Já as divergências, embora muitas pesquisas se concentrem em empresas de maior porte e nos impactos mais diretos das políticas ASG nesses contextos, este estudo se aprofunda nas especificidades das microempresas. A principal divergência reside nos obstáculos encontrados por empresas menores, que não possuem os mesmos recursos financeiros ou a infraestrutura para implementar políticas ASG de forma eficiente.

Além disso, o estudo destaca a falta de diretrizes específicas para microempresas, uma lacuna que ainda precisa ser abordada pelas pesquisas e políticas públicas.

4.9 PRINCIPAIS VANTAGENS E DESVANTAGENS

A vantagens elencadas são redução de Custos Operacionais através da adoção de práticas sustentáveis, como o monitoramento do consumo de recursos,

resulta em uma redução direta de custos, especialmente nas áreas de energia e consumo de água, fundamentais para muitas microempresas. Acarretando a melhoria da reputação com a implementação de políticas ASG ocorre o fortalecimento da imagem da empresa, demonstrando compromisso com a responsabilidade corporativa. Isso atrai consumidores e investidores conscientes, além de melhorar a relação com autoridades e stakeholders.

O que acaba por garantir a atração e Retenção de talentos com uso de práticas inclusivas e promoção de um ambiente de trabalho saudável, as microempresas acabam por atrair e manter colaboradores qualificados, o que resulta em maior produtividade e inovação dentro da organização.

Porém, existem desvantagens relacionados aos custos iniciais elevados, onde o custo de implementação de políticas ASG, como a contratação de consultorias ou a aquisição de softwares de gestão, pode ser um obstáculo para microempresas com recursos financeiros limitados. Esse fator pode fazer com que muitas empresas hesitem em adotar tais práticas.

Outro fator, é a falta de Conhecimento Técnico, pois fica evidente que a ausência de uma formação técnica adequada sobre métricas ASG, tanto em termos de contabilidade quanto de gestão, pode dificultar a adoção dessas políticas de maneira eficaz. A falta de capacitação pode levar a erros na medição e análise dos impactos. E para finalizar o tópico, temos a ausência de padronização, onde ocorre que a falta de um sistema padronizado de métricas ASG para microempresas acaba por gerar inconsistências nos relatórios de impacto, o que afeta a credibilidade das práticas implementadas e dificulta a comparação entre diferentes empresas (ZDANOWICZ, 2009).

De acordo com Faherty e Stephens (2016), a inovação em microempresas é essencial para impulsionar o crescimento e a sustentabilidade, mas enfrenta desafios significativos. Entre os principais entraves estão a escassez de recursos financeiros e humanos, a limitação de conhecimentos específicos sobre gestão da inovação, a falta de tempo para se dedicar a atividades inovadoras e a dificuldade de acesso a redes que facilitem a troca de ideias e experiências. Essas barreiras evidenciam a complexidade do processo de inovação em pequenos negócios, muitas vezes limitados por suas condições estruturais e operacionais.

Por outro lado, apesar desses desafios, os benefícios de investir em inovação para microempresas são substanciais. Segundo os autores, iniciativas inovadoras

podem elevar a competitividade da empresa, otimizando processos e reduzindo custos operacionais. Além disso, a inovação permite que novas oportunidades de mercado sejam identificadas e exploradas, fortalecendo a posição da microempresa no setor. Essas melhorias refletem-se diretamente na satisfação dos clientes, que tendem a valorizar soluções diferenciadas e adaptadas às suas necessidades.

Portanto, superar os obstáculos à inovação é uma tarefa estratégica para microempresas que desejam crescer e se destacar em um mercado competitivo. Investir em capacitação, buscar parcerias e explorar redes de colaboração são caminhos possíveis para viabilizar processos inovadores. Ao adotar tais estratégias, as microempresas não apenas enfrentam os desafios mencionados, mas também abrem caminho para um desenvolvimento mais eficiente, sustentável e alinhado às demandas do mercado.

Tudo isso permite compreender o impacto no campo da contabilidade empresarial onde o uso de ferramentas tecnológicas permite que microempresas rastreiem e monitorem suas métricas ASG de maneira eficaz e em tempo real, oferecendo relatórios precisos e otimizando o processo de análise. E que através de softwares básicos pode se fazer a análise do ciclo de vida dos produtos. Resultando em uma prática de analisar e oferecer informações sobre a sustentabilidade de toda a operação da empresa, desde a produção até o descarte, permitindo a implementação de soluções mais ecológicas e eficazes.

Permitindo o contínuo monitoramento de indicadores sociais que são fundamentais para avaliar as condições de trabalho, a diversidade e a inclusão dentro das microempresas. Tais práticas não apenas melhoram o ambiente corporativo, mas também contribuem para o fortalecimento da reputação e da lealdade dos funcionários.

4.10 POLÍTICAS ASG QUE PODEM SER IMPLANTADAS EM MICRO EMPRESAS

No contexto das microempresas, a escolha de práticas no eixo ambiental foca em medidas acessíveis e de impacto direto, como a redução do consumo de energia e água. Essas iniciativas, como a instalação de iluminação LED ou sistemas de captação de água da chuva, trazem economia financeira ao mesmo tempo que reduzem a pegada ecológica da empresa. Além disso, a gestão de resíduos é essencial, permitindo a reciclagem ou reutilização de materiais, minimizando custos

operacionais e impactos ambientais. Outra estratégia relevante é a priorização de matérias-primas sustentáveis e a adequação às normativas ambientais, fortalecendo a posição da empresa junto a consumidores cada vez mais conscientes.

No eixo social, microempresas podem adotar práticas inclusivas e de valorização do capital humano, com impacto direto na produtividade e retenção de talentos. Políticas de equidade, como a promoção de diversidade de gênero, racial e inclusão de pessoas com deficiência, são exemplos de ações estratégicas. Além disso, o investimento no bem-estar dos colaboradores, por meio de programas de capacitação e benefícios, fortalece o engajamento e a lealdade da equipe. Outra abordagem importante é o fortalecimento da relação com a comunidade local, seja por meio do apoio a projetos sociais ou pela priorização de fornecedores regionais, o que ajuda a construir uma reputação positiva e a atrair clientes engajados com causas sociais.

Sobre a diversidade de gênero a inclusão nas políticas ASG (Ambiental, Social e de Governança) representa um passo essencial para a construção de organizações mais justas, diversas e responsáveis. Entre os aspectos sociais que ganham destaque nesse contexto está a questão de gênero, que envolve não apenas a promoção da igualdade entre homens e mulheres, mas também a desconstrução de estereótipos profundamente enraizados na cultura e na sociedade.

Como base nisso Macedo nos diz:

A questão de gênero toca as noções individuais de masculinidade e feminilidade, o que é ser masculino ou feminino, como educar e ser educado como menina ou como menino e chegar à idade adulta com uma identidade produzida pela cultura e pela sociedade, impregnada de atributos, privilégios e limitações, baseando-se no que é biológico. Os processos sociais e individuais de aquisição de identidade de gênero são importantes pontos de partida para se enfrentar a ideia corrente de que mulheres e homens são naturalmente talhados para certas tarefas e que a biologia é quem melhor define quem deve fazer o quê. (MACÊDO, 2003, p. 2)

Esses estereótipos moldam as percepções sobre o que significa ser masculino ou feminino, influenciam o papel social de cada gênero e, muitas vezes, limitam as oportunidades com base em características biológicas. Nesse cenário, é fundamental que as políticas ASG avancem na incorporação de práticas que desafiem essas concepções e promovam uma igualdade genuína, reconhecendo as capacidades e potencialidades de todos os indivíduos, independentemente de seu gênero.

A inclusão nas políticas ASG (Ambiental, Social e de Governança) representa um passo essencial para a construção de organizações mais justas, diversas e responsáveis. Entre os aspectos sociais que ganham destaque nesse contexto está a questão de gênero, que envolve não apenas a promoção da igualdade entre homens e mulheres, mas também a desconstrução de estereótipos profundamente enraizados na cultura e na sociedade. Esses estereótipos moldam as percepções sobre o que significa ser masculino ou feminino, influenciam o papel social de cada gênero e, muitas vezes, limitam as oportunidades com base em características biológicas. Nesse cenário, é fundamental que as políticas ASG avancem na incorporação de práticas que desafiem essas concepções e promovam uma igualdade genuína, reconhecendo as capacidades e potencialidades de todos os indivíduos, independentemente de seu gênero.

Para microempresas, a governança eficaz começa com a implementação de práticas simples, mas fundamentais, como a transparência na gestão e a conformidade com legislações trabalhistas e fiscais. A adoção de relatórios simplificados, que integrem indicadores ASG aos dados financeiros, é uma ferramenta poderosa para atrair investidores e parceiros estratégicos. Além disso, a padronização de processos internos e o uso de tecnologias acessíveis para controle e monitoramento aumentam a eficiência operacional e minimizam riscos de fraudes ou não conformidade. Essas práticas tornam a empresa mais confiável para stakeholders, criando um diferencial competitivo no mercado.

Essas políticas destacam como a integração de práticas ASG na contabilidade empresarial pode contribuir para o cumprimento dos objetivos da Agenda 2030, promovendo desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável.

Quadro 1. de políticas ASG alinhadas à Agenda 2030 da ONU para microempresas

Políticas Ambientais	Políticas Sociais	Políticas de Governanças
Implementar sistemas de monitoramento para reduzir o consumo de água e energia, minimizando impactos ambientais e promovendo a sustentabilidade operacional (ODS 6 e ODS 12)	Criar políticas de equidade racial, inclusão de PCDs, equidade de gênero e combate à LGBTfobia, promovendo ambientes de trabalho diversos e produtivos (ODS 5, ODS 8 e ODS 10).	Desenvolver relatórios que detalhem o impacto ambiental, social e de governança das empresas, fortalecendo a confiança dos stakeholders (ODS 16).
Adotar práticas para eliminação ou reutilização de resíduos nos processos produtivos, incentivando a economia circular e reduzindo a poluição (ODS 11 e ODS 12).	Investir em fornecedores locais, apoiar projetos educacionais e promover a infraestrutura básica, contribuindo para o desenvolvimento comunitário (ODS 1 e ODS 11).	Buscar certificações reconhecidas, como o Sistema B, para demonstrar comprometimento com práticas éticas e sustentáveis (ODS 12 e ODS 17).
Investir em fontes renováveis e tecnologias de baixo impacto ambiental, como sistemas de iluminação LED e captação de água da chuva (ODS 7 e ODS 13).	Implementar programas de bem-estar, como suporte psicológico e treinamentos, para aumentar a satisfação e retenção de talentos (ODS 8).	Adotar práticas reais de sustentabilidade, evitando mensagens enganosas sobre ações ambientais e sociais, garantindo alinhamento com princípios éticos e credibilidade no mercado (ODS 12).

Fonte: elaborado a partir dos dados obtidos na pesquisa(2024)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou explorar a eficiência de políticas ASG (Ambiental, Social e Governança) em microempresas brasileiras, destacando sua importância no contexto socioeconômico do país. As microempresas desempenham um papel essencial na geração de empregos e na contribuição para o PIB, mas enfrentam desafios significativos para implementar práticas ASG de forma eficiente. Ao longo do estudo, foi possível atingir o objetivo geral de identificar métricas e indicadores que possam guiar gestores na adoção de políticas ASG adaptadas à realidade dessas empresas.

A adoção de práticas alinhadas aos eixos de ambiental, social e governança (ASG) representa uma oportunidade estratégica para microempresas, indo além de apenas atender demandas regulatórias. Ao integrar iniciativas ambientais, como a gestão eficiente de recursos naturais e a redução de resíduos, as microempresas não apenas contribuem para a sustentabilidade do planeta, mas também otimizam custos e ganham vantagem competitiva ao atender consumidores cada vez mais conscientes e engajados com questões ambientais.

No aspecto social, a valorização de pessoas e o fortalecimento de laços comunitários são fatores essenciais para o sucesso sustentável de microempresas. Ao investir na capacitação de colaboradores e no apoio à diversidade, as empresas constroem equipes mais motivadas e resilientes. Simultaneamente, práticas que fomentam relações éticas e transparentes com a comunidade local fortalecem a reputação e ajudam a criar uma base de clientes fiéis, consolidando a posição da microempresa no mercado.

Os objetivos específicos também foram alcançados, como compreender os desafios enfrentados pelas microempresas na implementação dessas práticas, evidenciar a relevância das políticas ASG para a competitividade e sustentabilidade desse segmento, e propor indicadores simples e aplicáveis, capazes de orientar decisões estratégicas. Os resultados apontaram que, embora as políticas ASG tragam benefícios claros, como maior atração de investimentos e fidelização de clientes, ainda há lacunas significativas na orientação prática para microempresas.

A pesquisa reforça a necessidade de ampliar o suporte técnico e educacional para esses empreendimentos, bem como a criação de políticas públicas e incentivos que estimulem a adoção de práticas ASG. Espera-se que este estudo sirva como base

para futuras pesquisas e ações práticas voltadas ao fortalecimento das microempresas, ampliando sua contribuição para os objetivos globais de sustentabilidade. A divulgação dos resultados será realizada por meio de artigos e publicações em portais especializados, com o intuito de fomentar o interesse de gestores e pesquisadores pelo tema e contribuir para o avanço da agenda ASG no Brasil.

Um aspecto limitante da pesquisa foi a falta de dados específicos, portanto o estudo poderia se beneficiar de uma coleta mais aprofundada de dados sobre os impactos específicos das políticas ASG em microempresas, incluindo dados quantitativos sobre os benefícios financeiros da implementação dessas práticas. Onde a pesquisa poderia adotar uma abordagem mais ampla, como entrevistas detalhadas com gestores de microempresas e estudos de caso específicos, para enriquecer a compreensão dos desafios enfrentados na implementação das políticas ASG.

Por limitação do escopo da temática, fica a ser respondido questões relevantes como: Quais seriam as adaptações necessárias para que as políticas ASG atendessem às especificidades de setores distintos de microempresas? Como as pequenas empresas podem acessar financiamento para implementar práticas ASG de maneira eficaz?

Onde, futuras pesquisa, podem elencar investigações de programas de incentivo ao uso de políticas ASG para microempresas, especialmente no contexto de economias emergentes e em setores afastados dos grandes centros, pois estes poderão fornecer insights valiosos sobre como escalar práticas sustentáveis em microempresas.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTI, A. J.; GEWANDSZNAJER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1998.
- AMBROSIO, A.; BARBOZA, R.; CASOTTI, B.; KADRI, N.; CAPANEMA, L.; RVILHA, G. (2020). **A Agenda ASG e o BND(ESG)**. Análise Econômica AP/DEPEC 74 no IV-16
- APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 295p.
- ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BARATA, M. M. L. (2007). **O setor empresarial e a sustentabilidade no Brasil**. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração,1(1), 70-86. <https://doi.org/10.12712/rpca.v1i1.156s>.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BARROS, A. J. P.,LEHFELD, A. S.(1990) **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 8a ed. Petrópolis: Vozes.
- BARAIBAR-DIEZ, E.; SOTORRÍO, L. L. **O efeito mediador da transparência na relação entre responsabilidade social corporativa e reputação corporativa**. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 5-21, jan./mar. 2023.
- BLACKROCK. **Carta do CEO Larry Fink**. Disponível em: <<https://www.blackrock.com/br/larry-fink-ceo-letter>>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- BLACKROCK. 2020. Disponível em:< <https://www.blackrock.com/br/blackrock-clientletter>>. Acesso em: 12 de julho de 2024.
- BRANDÃO, Carlos R.; STRECK, Danilo R. (Org.). **Pesquisa participante: o saber da partilha**. São Paulo: Ideias & Letras, 2000.
- BRAGA JUNIOR, S.et al. **A Relação do Greenwashing com a Reputação da Marca e a Desconfiança do Consumidor**. Revista Brasileira de Marketing, v. 17, n. 4, p. 590-602, 2018.
- BRASIL. Projeto de Lei nº 5.442, de 2019. **Regulamenta os programas de conformidade ambiental e dá outras disposições**. Brasília: Câmara dos deputados, 2019. Disponível em:https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=39259790A21119A0896CD13209E81E44.proposicoesWebExterno1?codteor=1824652&filename=Avulso+-PL+5442/2019. Acesso em: 17 jun. 2024.
- BRIAND, R. (2016) ESG 101: **o que é ESG?**. Morgan Stanley Capital International,

MSCI. <https://www.msci.com/what-is-esg>.

B3. Guia de sustentabilidade e gestão ASG nas empresas: como começar, quem envolver e o que priorizar. São Paulo: B3, 2022. Disponível em: https://www.b3.com.br/data/files/C9/27/46/11/220838101E311E28AC094EA8/Guia_B3_Sustentabilidade_ASG_v2209_VF.pdf. Acesso em: 27 Dezembro 2024.

CAETANO, Larissa Magalhães; PAIVA, Donizetti Leonidas de. **Barreiras à internacionalização de médias, pequenas e microempresas brasileiras**. Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística - Vol. 5 nº. 5 - março de 2016.

CARDINALLI, Marcos. **181 empresas americanas assinam manifesto público de responsabilidade corporativa. Ideia Sustentável**. 2019. Disponível em: < 181 empresas americanas assinam manifesto público de responsabilidade corporativa (ideiasustentavel.com.br)>. Acesso em: 12 de julho de 2024.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. (2017). **Instrução CVM 586**. Disponível em: <<https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst586.html>>. Acesso em: 12 de julho de 2024.

CONSUMIDOR. **ESG: Por que sigla simples será ainda mais importante para as empresas em 2021**. Consumidor Moderno, 2021. Disponível em: <ESG: por que sigla será ainda mais importante para as empresas em 2021 (consumidormoderno.com.br)>. Acesso em 12 de julho de 2024.

DAMODARAN, A. (2021). **The ESG Movement: The "Goodness" Gravy Train Rolls On!** Disponível em: <https://aswathdamodaran.blogspot.com/2021/09/the-esg-movement-goodness-gravy-train.html>: Acesso em 12 de julho de 2024.

DALMUTT KRUGER, SILVANA et al. **Estratégias de inovação utilizadas pelas pequenas e médias empresas frente a pandemia: Um estudo no Brasil e na Colômbia**. Revista Turismo & Desenvolvimento (RT&D)/Journal of Tourism & Development, n. 44, 2023.

ELKINGTON, John. **Sustentabilidade, canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

FAHERTY, U.; STEPHENS, S. **Innovation in micro enterprises: reality or fiction?** Journal of Small Business and Enterprise Development, Letterkenny, Ireland, v. 23, n. 2, mai. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/JSBED-11-2013-0176>>. Acesso: 20 de novem. 2024.

FIGUEIREDO, Marcelo Machado de et al. **O impacto dos princípios ambientais, sociais e governamentais na realização do direito fundamental à habitação e na promoção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado: um estudo de caso da BSPAR Incorporações**. 2024.

FRIEDE, G.; BUSCH, T.; BASSEN, A. (2015) **ESG and financial performance: aggregated evidence from more than 2000 empirical studies**. Journal of Sustainable Finance and Investment, vol. 5, no. 4, p. 210–233.

<https://doi.org/10.1080/20430795.2015.1118917>

GIL, A .C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IFAC, Management accounting, as an integral part of the management process, distinctly adds value by continuously probing whether resources are used effectively by organizations – in creating value for shareholders, customers or other stakeholders.”(IFAC, parágrafo 29)

JEREISSATI, J. **ESG: uma evolução no modelo de negócio nas empresas.** In: ARRUDA, Carlos et al. (org.). Inovação: o motor do ESG. Nova Lima: Fundação Dom Cabral, 2022. p.24-28.

KOČMANOVÁ, Alena; Dočekalová, Marie Pavláková; MELUZÍN, Tomáš; SKAPA, Stanislav. **Sustainable Investing Model for Decision Makers (Based On Research of Manufacturing Industry in the Czech Republic).** Sustainability, v. 12, n. 8342, 2020. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85092928322&doi=10.3390%2fsu1220834&partnerID=40&md5=06a4ff56e860f6d658fe8ec8016f1d>. Acesso em 17 jun. 2024

LEONETI, A., NIRAZAWA, A., & OLIVEIRA, S. (2017). **proposta de índice de sustentabilidade como instrumento de autoavaliação para micro e pequenas empresas (mpes).** *rege Revista De Gestão*, **23(4)**, 349-361. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br /rege/article/view/129041>>. Acesso em: 12 de Julho de 2024.

MACÊDO, Goiaciara Nascimento Segurado. **A construção da relação de gênero no discurso de homens e mulheres, dentro do contexto organizacional.** PUC-Universidade Católica de Goiás. (Dissertação de Mestrado em Psicologia).2003.

MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?** *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./sep.1993.

MORAES, A.M.P. **Introdução à Administração.** São Paulo: Prentice Hall, 2004.

MONT, O.; NEUVONEM, A.; LÄHTEENOJA, S. Sustainable lifestyles 2050: **stakeholder visions, emerging practices and future research.** *Journal of Cleaner Production*, v. 63. Disponível em :https://www.researchgate.net/publication/259138431_Sustainable_lifestyles_2050_Stakeholder_visions_emerging_practices_and_future_research. Acesso em: 20 nov. 2024

RITALA, P.; HUOTARI, P.; BOCKEN, N.; ALBAREDA, L. **Sustainable business model adoption among S&P 500 firms: A longitudinal content analysis study.** *Journal of Cleaner Production*, v. 170, p. 216-226, 2018. Disponível em:https://www.researchgate.net/publication/319892310Sustainable_business_model_adoption_among_SP_500_firms_A_longitudinal_content_analysis_study. Acesso em: 20 nov. 2024.

RODRIGUES, Maria Lucia; LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti (Orgs.). **Metodologias multidimensionais em Ciências Humanas**. Brasília: Líber Livros Editora, 2006. 175p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Josadaque de Jesus. **Frequência da mudança de desfecho primário em ensaios clínicos de eficácia no campo da cardiologia**. 2022. Disponível em: <https://repositorio.bahiana.edu.br:8443/jspui/handle/bahiana/7129>. Acesso em: 17 jun. 2024.

SCHENINI, P. C.; NEUENFELD, D. R.; BARCELLOS, R. da S.; PEREIRA, M. F. Finanças Ambientais. In: Anais do IX Congresso Internacional de Custos, XII Congresso Brasileiro de Custos e II Congresso Mercosul de Custos e Gestão. São Leopoldo-RS: Associação Brasileira de Custos, 2005.

SOUZA, E. G. Iniciativas **ASG (ambiental, social e governança corporativa) e o relato integrado: um estudo do setor elétrico brasileiro**. UNIFESP, 2022. Disponível: <https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/66237/TCC%20Eduardo%20Gomes%20de%20Souza.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 20 de novem. 2024.

UNEP. **Recommendations to Better Integrate Environmental, Social and Governance Issues in Financial Analysis, Asset Management and Securities Brokerage**. United Nations. 2004.

VINODH, S.; ARVIND, K. R.; SOMANAATHAN, M. **Tools and techniques for enabling sustainability through lean initiatives**. Clean Technologies and Environmental Policy, v. 13, n. 3, p. 469-479. 2011. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1007/s10098-010-0329-x>. Acesso em: 20 nov. 2024.